

Contrariamente aos costumes de culturas aborígenes ou orientais, como os índios Sioux na América do Norte e os japoneses, que vêem o idoso como uma fonte de sabedoria e conhecimento na qual se fiar, a sociedade ocidental atual considera a velhice quase como uma doença, um taboo. Entretanto, a valorização do idoso por meio do acesso a saúde, educação, lazer e liberdade é lei assegurada na carta magna nacional que acima de qualquer coisa deve ser posto em prática, seja pelo poder público, pela família ou pela comunidade como um todo, pois o bem estar da terceira idade e seu reconhecimento como cidadãos é pedra basal de uma sociedade evoluída.

Assim, primeiramente, é necessário salientar que o aumento do percentual de anciãos na população, não só mundial, como também brasileira, é um fenômeno recente que data do fim do século XIX, pós revolução industrial. Foi a partir desse momento que a expectativa de vida começou a aumentar grandemente, principalmente após as descobertas revolucionárias médico-científicas, como o advento das vacinas e penicilina, do século XX.

Contudo, a cultura brasileira exalta e admira apenas a juventude, pode se dizer que é uma sociedade ageista, neologismo do termo em inglês ageism que significa preconceito de faixa etária, com isso tende a desvalorizar a terceira idade e transformar as pessoas dessa camada populacional em cidadãos de segunda classe. Além disso, o governo tenta continuamente buscar formas de se eximir da responsabilidade de tomar conta dessa parcela populacional dificultando o acesso e tentando acabar com o sistema de previdência social público.

Assim, é possível perceber a necessidade premente de se valorizar o idoso como receptáculo de cultura, vivência, saber e parte fundamental da construção de um país. É essencial que a sociedade civil exija de seus governantes que não mais tratem seus anciãos como vestígios obsoletos de um passado desimportante, devem reivindicar que o afastamento remunerado seja prerrogativa do trabalhador, que os idosos tenham acesso a saúde de qualidade pelo SUS, com médicos especialistas na terceira idade, e que suas liberdades e direitos sejam tratados com o respeito merecido. Cabe, enfim, ao Estado garantir que a constituição seja cumprida de forma integral, pois chegar a terceira idade, como coroação de uma vida bem vivida numa sociedade evoluída, deveria realmente ser atingir a melhor idade.